



## PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 29/2021  
Adesão à Ata n.º 05/2021

**OBJETO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS MÁQUINAS PESADAS.**

### RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico os autos de Adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial n.º 05/2021, do Pregão Presencial, do Processo Administrativo da Prefeitura de Porto Esperidião/MT n.º 29/2021 que objetiva a adesão, na condição de carona, à Ata de Registro de Preços n.º P.P. n.º 54/2020, decorrente do Pregão Presencial n.º 21/2020, registrada pelo Município de Mirassol d'Oeste-MT, para futura e eventual contratação de empresa fornecedora de aquisição de serviços de retífica (com aplicação de peças, se necessário) os quais estão especificados no Termo de Referência do Edital de Pregão n.º 21/2020, para veículos da frota municipal, conforme o parágrafo único do art. 38 da Lei n.º 8.666, de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

A licitação foi deflagrada a partir de pedido em comunicação interna formulada pelo prefeito Martins Dias de Oliveira. O prefeito justificou que há necessidade de contratação de empresa para fornecimento de peças e acessórios da linha mecânica, visando manter o funcionamento da frota de veículos pesados da secretaria municipal de obras.

O prefeito Martins Dias de Oliveira autorizou a adoção de providências para abertura do processo de licitação.

Estão anexadas ao processo a cópia do Edital, Ata de Registro de Preços e Ofícios solicitando a adesão, resposta positiva do órgão gerenciador justificativas para a adesão e três orçamentos apresentados por empresas do ramo.



Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

A contadoria da prefeitura informou a dotação orçamentária para as despesas decorrentes da adesão.

Sendo o que havia a relatar.

## FUNDAMENTAÇÃO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38.º da Lei 8.666/93, o qual transcreve-se:

"Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração".

O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93 e 10.520/2002.

Cumpra inicialmente, destacar alguns pontos acerca do disciplinamento de adesão às atas de registro de preços, com base na legislação vigente e, também, na jurisprudência sobre o tema.

A previsão legal para a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços se encontra inserida na Lei nº 8.666, de 1993 que, em seu art. 15, estabelece as regras gerais acerca do funcionamento do sistema.

A regulamentação dessa modalidade de contratação é feita pelo Decreto nº 3.931, de 2001, conforme disposto no art. 1º, vejamos:

"Art. 1º As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pela União, obedecerão ao disposto neste Decreto".

O registro de preços é um contrato normativo, constituído como um cadastro de produtos e fornecedores, selecionados mediante licitação, para contratações sucessivas de bens e serviços, respeitados lotes mínimos e outras condições previstas no edital.





# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

Por força ainda do Regulamento admite-se que a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, que não poderá ser superior a um ano, possa ser utilizada, por meio de adesão, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, in verbis:

"Art. 8º A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas".

Para a adesão à Ata de Registro de Preços é necessário que sejam atendidos os seguintes requisitos:

a) respeito ao prazo de validade do registro e os quantitativos máximos. No caso em tela, o prazo se exaure em 25 de agosto de 2021, consoante extrato de publicação anexado devendo a Comissão de Licitação ater-se ao prazo de validade da Ata.

O Decreto nº 3.931/2001 estabelece em seu art. 10 que a Ata de Registro de Preços, "... após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas".

b) manifestação de interesse do ente que realizou a licitação e do fornecedor, com resposta favorável ao registro.

c) a Administração Pública está obrigada a verificar, na ocasião da contratação, se o preço registrado é compatível com os praticados no mercado. Em relação à vantagem econômica, esta deve ser comprovada para adesão à ata de registro de preços informada, conforme prevê a parte final do art. 8º do Decreto n.º 3.931/2001.

Verifica-se que se encontram anexados aos autos os orçamentos que demonstram a compatibilidade de preços dos itens registrados pela gerenciadora da Ata.



# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

De acordo com o art. 5º, inc. IV, do Decreto nº 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços (SRP) no âmbito da Administração Pública federal, compete ao órgão gerenciador da ata "realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes".

Além de o órgão gerenciador ter que realizar a pesquisa de preços para definição do valor estimado da licitação (art. 9º, inc. XI, c/c o art. 18, ambos do Decreto nº 7.892/2013), também deve, durante a vigência da ata de registro de preços, assegurar a manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

Estão anexados os orçamentos de preços fornecidos pelas empresas NE Equipamentos de peças, TNT Com e Locações e Ideal Comercio de Peças Eirelli, nos quais constam as máquinas para as quais serão fornecidas as peças. Os orçamentos servem para nortear esta prefeitura participante no que tange às oscilações de mercado regional e assegurar a vantajosidade da adesão em relação aos preços das peças.

A prefeitura gerenciadora ao que ressaí do processo utiliza o sistema de cotação TRAZ VALOR e constam nos orçamentos os percentuais de descontos que serão aplicados aos preços das peças.

A justificativa apresentada está limitada à demanda e não alcança os preços praticados. Ideal seria que a justificativa tratasse do interesse da Administração, sobretudo quanto aos valores praticados.

Vale destacar que a fornecedora NE Equipamentos entregou orçamento ofertando desconto no percentual de 13% (treze por cento) sobre os preços lotes n.ºs 23, 45, 46, 47 e 48, enquanto na publicação da ATA, a qual está sendo

Ofícios solicitando consentimento de adesão ao Prefeito de Mirassol D'Oeste/MT, Hector Alvares Bezerra e à fornecedora NE Equipamentos, Peças e Loc de Máquinas Ltda-ME, detentora dos itens registrados nos Lotes 23, 24, 25, 44, 45, 46, 47, 48, e 50, bem como as respostas positivas, estando ambos anexados.

Está anexado ao processo a cópia das peças essenciais do processo licitatório realizado na origem, sendo que nele se encontra o Termo de Referência contendo os valores totais dos lotes serem adquiridos. Não há a relação das peças, quantidades e valores consignados. Havendo tão somente a descrição genérica, por exemplo "Lote 23 – Peças Trator New Holland 7630, com motor ford 4 cilindros – (Descrição do Produto/serviço Marca valor unitário (não consta) e Quantidade e valor total (não consta)).





# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

Nos autos está anexado extrato de notícia publicada no site [www.mpmt.mp.br](http://www.mpmt.mp.br), do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, cujo conteúdo é a informação de ação de improbidade movida pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, em face do ex-prefeito de São José do Rio Claro.

Na ação de improbidade o Ministério Público aponta irregularidades em relação à pesquisa de preços, a relação das peças e os quantitativos delas. Nesse sentido, em vista da semelhança deste procedimento em análise, com os motivos que ensejaram a propositura da ação em face do ex-prefeito de São José do Rio Claro, a Comissão deve levar ao conhecimento da autoridade administrativa a necessidade de sanar eventuais irregularidades que podem desencadear em futura investigação pelos órgãos de fiscalização interna e externas.

A Comissão de Licitação deve avaliar se os valores preços registrados são compatíveis e vantajosos à Prefeitura de Porto Esperidião, fazendo os comparativos com os orçamentos juntados.

Consta também dos autos a indicação dos recursos necessários para custear as despesas da contratação, certificando a disponibilidade orçamentária.

E relação à previsão de uma margem limite para o quantitativo da contratação, deve-se frisar que, está anexada a autorização para adesão à ata encaminhada pela Prefeitura de Mirassol D'Oeste/MT, gerenciadora da Ata, o que pressupor a disponibilidade dos percentuais.

Pois em atenção ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Lei 8.666/1993, art. 3º, caput), devem gerenciar a ata de forma que a soma dos quantitativos contratados em todos os contratos derivados da ata não supere o quantitativo máximo previsto no edital. A Comissão de Licitação deve se atentar para a quantidade de itens disponíveis à aquisição sob pena de burla à concorrência a que se propõe a licitação.

Desse modo, uma vez exaurido o registro, não cabe realizar novas contratações com base naquele registro, uma vez que a licitação foi efetivada para a contratação do objeto fixado. Explicando melhor: se a licitação previa a compra de número limitado de unidades, não há como justificar a contratação número maior que o licitado.

Assim sendo, a possibilidade de prorrogação não implica o restabelecimento dos quantitativos iniciais, permitindo apenas a contratação da quantidade remanescente no registro.



Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

Com relação à minuta do Termo de Contrato anexada, considera-se que a mesma reúne os elementos essenciais exigidos pela legislação aplicável à espécie, razão pela qual indica que seja aprovada.

## CONCLUSÃO:

Em face ao exposto, a administração deve atentar para eventuais irregularidades, estando sanadas, e em vista de que o Processo contém as peças necessárias para a análise, o Parecer é favorável ao prosseguimento da contratação pela adesão a ata.

S.M.J.

Porto Esperidião, 11 de agosto de 2021.

José de Barros Neto

Portaria n.º 58/12

José de Barros Neto  
Assessor Jurídico